

Com deságio de 34,68%, consórcio vence PPP da iluminação pública

O Consórcio Concip Corumbá, formado pelas empresas Sigma Engenharia Indústria e Comércio LTDA e a Sitran Sinalização de Trânsito Industrial LTDA, foi a vencedora da primeira Parceria Público-Privada (PPP) executada por uma cidade sul-mato-grossense. O leilão foi realizado na manhã desta sexta-feira, 19 de maio, no Auditório da Prefeitura.

O consórcio apresentou a proposta com maior deságio do processo. O desconto foi 34,68% sobre o valor máximo, definido em edital, que era de R\$ 540 mil. Ao final do certame, a Concip deverá investir R\$ 89 milhões em serviços de instalação, desenvolvimento, modernização, melhoramento, expansão, eficiência energética, operação e manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública.

“Corumbá é o primeiro município do Mato Grosso do Sul a concretizar uma Parceria Público-Privada. Somos também a primeira cidade do Centro-Oeste a concretizar uma PPP de Iluminação Pública. E isso significa muito porque tivemos que ser pioneiros em várias ações pra chegar até aqui”, afirmou o prefeito Marcelo Iunes em seu discurso.



6º Batalhão da PM tem novo comandante em Corumbá



Posse foi no Centro de Convenções **PÁG 05**

Dia D de vacinação contra a Influenza acontece hoje



Campanha terá posto no Jardim **PÁG 06**

Desembargador Ary Raghiant Neto recebe homenagem da OAB/MS



Ordem entregou Moção **PÁG 08**

Estado lança concurso público com 279 vagas para o Hospital Regional

PÁG 03

Programa tem R\$ 700 mil para comprar produção da agricultura familiar

PÁG 07

Município investe R\$ 2 milhões em cirurgias eletivas

PÁG 06



Casa dos Presentes

Rua Frei Mariano, 631 - Centro - Corumbá-MS
Fone: (67) 3232-0281

A montanha russa financeira dos planos de saúde no Brasil

Sandra Franco*

As operadoras de planos de saúde amargaram no ano passado um prejuízo de mais de R\$ 10 bilhões em 2022. Além disso, em setembro de 2022, o setor apurou uma taxa de sinistralidade recorde de 93,5%. Desde 2021, há um aumento recorrente de procedimentos médicos devido a uma combinação de atendimentos represados durante a pandemia, surgimento de novas doenças e tratamentos. Assim, o foco das empresas do setor é reajustar o preço dos convênios. Nos planos voltados a pequenas e médias empresas, os aumentos devem ser de 16% a 25%.

Resultado direto dessa situação negativa de caixa é que as operadoras passaram a renegociar e atrasar pagamentos com os hospitais e prestadores de serviço. Não são poucos os médicos e hospitais que reclamam de crescentes glosas e de exigências cada vez maiores para que os pagamentos sejam realizados. Uma mudança recente das operadoras tem sido a exigência de comprovantes de pagamento de desembolso de honorários aos médicos, por exemplo, quando já se tem um recibo ou Nota Fiscal comprovando o gasto. Seria uma forma de retardar reembolsos?

Segundo as operadoras, tal exigência se deve ao crescente aumento de fraudes. Pacientes que fazem procedimentos estéticos não cobertos por seus planos e que declaram como procedimentos terapêuticos, como exemplo.

Recente decisão da Justiça de São Paulo determinou que clínicas e laboratórios se abstenham de solicitar login e senha de pacientes ou realizem pedido de reembolso em nome deles. Ao decidir, a magistrada constatou que estabelecimentos “engendraram verdadeira arquitetura para burlar sistema de reembolso e daquilo que está autorizado a ser reembolsado nos contratos”.

De acordo com o processo, clínicas e laboratórios médicos estariam envolvidos em um esquema de adulteração de quadro clínico e solicitações de reembolso, em nome de beneficiários de planos de saúde, chamado de “reembolso assistido”. Ou seja, já está se criando uma jurisprudência desfavorável para paciente e médicos, já que é comum que pacientes passem para as recepcionistas a tarefa (juntamente com login) de fazer o pedido de reembolso.

O que se via como preocupante era a necessidade de se criar uma segurança maior para o sistema, inclusive no uso

que se refere ao tratamento desses dados.

Sob o ponto de vista da LGPD, cabe às clínicas ter o consentimento do paciente para o tratamento e uso desses dados, com transparência quanto à finalidade e o descarte do login e senha.

Outra causa para os números desfavoráveis, segundo as operadoras, estaria no aumento do rol de procedimentos com cobertura obrigatória. No entanto, não há estudos comparativos sobre o quantum que o aumento da lista de procedimentos de fato representou.

Durante a pandemia, houve aumento no custo de insumos e no preço de medicamentos, que também não voltaram às condições anteriores quando cessada a pandemia. Outro fator que soma à crise.

Nessa busca de causas para justificar a crise, está a preocupação com a fixação de um piso para os profissionais da enfermagem, o que poderia (ou irá) resultar em aumento de custos. Para aquelas operadoras com rede própria, o impacto seria imediato, resultando em demissões ou, claro, aumento de mensalidades para o consumidor.

Ocorre que algumas operadoras promovem ajustes nas mensalidades que sequer conseguem justificar. Vários consumidores têm recorrido ao Judiciário para questionar os aumentos que consideram abusivos, enquanto as operadoras os chamam de necessários para o equilíbrio financeiro.

Um dos grandes eixos para a virada desta balança negativa poderia ser o investimento das operadoras em prevenção. Se o foco das empresas mirar a promoção à saúde, com programas de incentivo à prática de esportes, de uma melhor alimentação e um acompanhamento regular de médicos generalistas, sem dúvida esses resultados poderão ser diferentes em um futuro breve. Mas é necessário começar: por exemplo, quais os benefícios financeiros que um usuário diabético tem ao aderir a um programa de controle de alimentação de realização de exercícios físicos?

Outra mudança que já tem se mostrado efetiva está na diminuição da rede credenciada, criação de planos com menos abrangência geográfica. Esse tipo de medida, por vezes, provoca um outro problema: a excessiva judicialização por coberturas que, muitas vezes, sequer tem previsão contratual. O fato: a defesa das operadas possui um

custo elevado a computar.

Uma mudança cultural precisa ocorrer na forma como beneficiários usam seus planos de saúde. Não se deve fazer todos os exames disponíveis em um laboratório só “porque o plano cobre”. Esse pensamento é de quem não se dá conta do princípio do mutualismo: todos pagam o que um realiza. Hoje, novos modelos são estudados e alguns já aplicados: a coparticipação, a limitação de atendimentos e de pedidos de exames, a obrigatoriedade de consulta a um generalista antes de um especialista, o incentivo ao uso da telemedicina.

Atualmente, estamos presos a um sistema de saúde que só foca no tratamento das doenças. Ou seja, os usuários-pacientes de planos de saúde só utilizam os serviços em tratamentos de doenças crônicas ou emergências. Existem poucos projetos com foco na prevenção. Um maior incentivo nas práticas de prevenção, certamente, mudaria o rumo do mercado e tornaria a vida das empresas e de seus pacientes mais saudáveis. Tivemos também, sem dúvidas, um forte impacto da pandemia da Covid-19 e todos os problemas relacionados a saúde que ela causou em milhões de brasileiros. E isso, logicamente, refletiu nas empresas nesses últimos anos.

Necessário discutir sobre o sistema de saúde suplementar. Ele é essencial para a saúde do SUS – imagine o que ocorrerá se todos os 50 milhões de beneficiários de planos privado migrarem para o sistema público?

Ou seja, é interesse de toda a sociedade encontrar um equilíbrio financeiro para o sistema, marcado, porém, pela transparência com o beneficiário. Frear a excessiva busca por lucros cada vez maiores pode também fazer bem à saúde suplementar e a de todos.

*Sandra Franco é consultora jurídica especializada em Direito Médico e da Saúde, doutoranda em Saúde Pública, MBA-FGV em Gestão de Serviços em Saúde, diretora jurídica da Abcis, consultora jurídica da ABORLCCF, especialista em Telemedicina e Proteção de Dados, fundadora e ex-presidente da Comissão de Direito Médico e da Saúde da OAB de São José dos Campos (SP) entre 2013 e 2018

Qual o futuro da indústria da impressão com aplicabilidade em novas tecnologias?

*Por Gregory Goris

Com o advento das novas tecnologias, estamos na era da Indústria 4.0, ou 4ª Revolução Industrial, onde temos mil e uma possibilidades. Ao mesmo tempo, tudo muda com rapidez e as empresas precisam acompanhar o ritmo — ou ficarão obsoletas rapidamente. Em um passado não muito distante, para termos acesso aos materiais gráficos, muitas vezes precisávamos nos deslocar em longas distâncias até os locais de atendimento para retirarmos nossos pedidos, o que por si só já era cansativo.

Hoje, graças aos avanços tecnológicos, temos as gráficas online que funcionam no formato de e-commerce, 24 horas por dia e possuem um atendimento personalizado. O que, sem dúvidas, é uma evolução no mercado que tem como grandes oportunidades as soluções inovadoras para proporcionar cada vez mais novas experiências aos seus clientes. Ferramentas em realidade aumentada, impressão digital e 3D, automatização de processos e a integração de dados que já estão presentes no dia a dia das companhias, tendem a crescer nos próximos anos

com o 5G ganhando espaço no país.

Além disso, uma pesquisa da consultoria McKinsey, apenas comprova que apostar em um atendimento com robôs e IA como aliados, e experiências imersivas faz a diferença: 76% dos consumidores consideram comprar de marcas que oferecem produtos com experiências personalizadas. Para isso, é primordial que a tecnologia seja utilizada em cada etapa para que as entregas superem sempre às expectativas, proporcionando a melhor experiência no e-commerce e no mobile.

O digital é um caminho sem volta e as empresas, principalmente as pequenas e médias que estão fora dos grandes centros e necessitam desses serviços, conseguem romper barreiras de distâncias e custos elevados, evitando também desperdícios de matérias-primas. Muito embora a indústria gráfica esteja enfrentando desafios, como a diminuição de materiais impressos tradicionais como

conhecíamos antes, ela não fica para trás quando o assunto é inovar e acompanhar as tendências, porque entende que o digital veio para ficar.

Por fim, acredito que ainda temos um longo caminho para desbravar nesse universo tecnológico na indústria gráfica. Mas uma coisa é fato, aquelas empresas que entenderem que o combo tecnologia de alta qualidade, atendimento personalizado, produtos customizados, experiências inovadoras e o olhar cuidado em prol da sustentabilidade, saíram na frente de seus concorrentes. A hora da mudança é agora! E você, me conta o que sua indústria tem feito de inovador no mercado?

*Gregory Goris é Diretor de Tecnologia da Printi, uma gráfica online voltada para descomplicar o acesso de micro e pequenas empresas a materiais gráficos de qualidade e com preço justo.

Depois de escutar, falar com o coração

*Osvaldo Luiz Silva

No próximo domingo, dia da Ascensão do Senhor, celebra-se também o Dia Mundial das Comunicações Sociais. Todos os anos, o Papa propõe uma reflexão para os comunicadores e toda a sociedade, não só para os católicos.

Neste ano, inspirado na Carta de São Paulo aos Efésios (Ef 4,15), Francisco traz como tema: “Falar com o Coração. Testemunhando a verdade no amor.” A mensagem foi divulgada no dia de São Francisco de Sales, padroeiro dos Jornalistas Católicos, e modelo para a Congregação Salesiana, escolhido por outro santo, Dom Bosco.

Para o papa, Francisco de Sales é o Santo da Ternura, que nos ensina a “narrar a verdade com coragem e liberdade, mas sem sensacionalismo e agressividade”. O Santo Padre afirma que não devemos temer falar a verdade; mas devemos temer

falar a verdade sem amor!

No momento atual, marcado por polarizações e oposições intensas, propenso à indiferença ou indignação, acrescida da desinformação que falsifica e instrumentaliza a verdade nos meios digitais, papa Francisco recomenda uma comunicação aberta e acolhedora, que gere compaixão ao invés de discórdia. Na conhecida passagem dos Discípulos de Emaús (Lucas 24,13-35), o Santo Padre indica um modelo de “comunicação que inflame os corações, seja bálsamo nas feridas e ilumine os caminhos”.

Francisco partilhou um sonho em sua mensagem: uma comunicação que seja ao mesmo tempo gentil e profética, lembrando que gentileza na convivência não é só sinal de etiqueta, mas ANTÍDOTO contra a crueldade. Para tanto, é preciso nunca separar a verdade do amor! Lembro, então, das palavras de São Paulo: “se não tivesse amor...” E, nas redes sociais, nos meios de comunicação, quantas palavras cruéis,

ácidas. Podem até estar cobertas de razão, mas se não tiverem amor, não edificam!

O papa conclui o texto clamando que se desarmem os ânimos e se promova uma linguagem de paz, assegurando uma mensagem não hostil. Às vezes, pensamos que o fim de conflitos, de guerras, depende somente dos outros, mas, “é precisamente na conversão do coração que se decide o destino da paz”. Em outras palavras, precisamos começar em nós! Vamos acreditar mais na beleza e na força do bem do que nas repercussões, nos alcances que possam ser obtidos nas redes sociais, com polêmicas, palavras ácidas ou agressivas?

Para lhe ajudar neste convencimento, indico dois trechos bíblicos presentes na mensagem do Papa Francisco, que são pouco conhecidos e, menos ainda, praticados: “a língua branda pode até quebrar ossos” (Provérbios 25,15) e “uma palavra amena multiplica os amigos e acalma os inimigos” (Eclesiástico 6,5).

Expediente

Jornal

Folha de Corumbá

CNPJ: 24.652.299/0001-27 Fone: (67) 3231-1060/3232-8219

folhacrb@terra.com.br / www.grupopantanalms.com.br

Rua Cuiabá, 1.200 - Corumbá/MS - CEP: 79300-070

DIRETORES: Uriel Raghiant e Caibar Silva Pereira

DEPARTAMENTO COMERCIAL

Tel. (67) 3231-1060

DEPARTAMENTO DE CIRCULAÇÃO

Atendimento aos assinantes: (67) 3232-8219

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Uriel Raghiant

Não nos responsabilizamos por artigos assinados ou de origem definida.

Os originais, mesmo que não utilizados, não serão devolvidos.

Riedel e ministra anunciam destravamento de obras em MS até fim do ano

Obras e investimentos planejados pelo Governo Federal para Mato Grosso do Sul devem ser destravados até o fim do ano, garantiu a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, durante reunião com o governador Eduardo Riedel e secretários estaduais no gabinete do receptivo, na manhã desta segunda-feira (15).

Investimentos em rodovias, ferrovias, transporte, infraestrutura e logística já estão planejados e com orçamento disponibilizado e dependem apenas do lançamento do novo Programa de Aceleração de Desenvolvimento, que será feito no próximo mês, afirmou a ministra.

O novo programa do Governo Federal seguirá três linhas de investimentos no Estado: realizados por meio de Parcerias Público-Privadas, concessões e de forma direta, com

orçamento público. Estão previstas ainda delegações, que se desdobrarão em investimentos estaduais.

“Nesta reunião pontuamos as demandas estruturantes de desenvolvimento em infraestrutura que o Estado necessita e aguardamos os próximos passos para acelerar as obras que virão por meio das delegações. Será um ano muito promissor, de muito trabalho e nossa equipe está preparada para desenvolver projetos de infraestrutura que irão alavancar Mato Grosso do Sul”, contou a secretária especial do EPE (Escritório de Parcerias Estratégicas), Eliane Detoni.

União e Governo do Estado vem desde janeiro afinando detalhes em relação aos projetos primordiais para a infraestrutura e logística de Mato Grosso do Sul e a forma de execução das obras. Entre os estudos estão dois dos principais gargalos de transporte: a

Malha Oeste Ferroviária e a rodovia BR-163.

A relicitação da Malha Oeste, ferrovia que liga Corumbá (MS) a Mairinque (SP), está na fase de audiências públicas. Governo do Estado, por meio do Escritório de Parcerias Estratégicas, e a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) atuam nos estudos e projetos de melhoria do modal logístico, hoje paralisado.

O trecho intercepta os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, com extensão total de 1.625,30 quilômetros. Possui gigantesco valor econômico e viabilizou no início do século XX o desenvolvimento do Sul de Mato Grosso, que daria origem a nosso Estado. A previsão de investimentos é de R\$ 18 bilhões para o atendimento da demanda e operação ao longo dos 60 anos de concessão. O destaque da proposta é



Governador e ministra Simone Tebet se reuniram esta semana (Saul Schramm)

para modernização da via permanente da linha tronco.

Outro projeto estratégico para o Estado - a relicitação da BR-163 - também foi tema de audiência pública

realizada pela ANTT com a participação do Escritório de Parcerias Estratégicas no dia 21 de março Batizado de Rota do Pantanal, o trecho compreende o entroncamento com a BR-

262, em Campo Grande, até a divisa com o Mato Grosso, ao fim da Ponte Rio Correntes, em Sonora (MS). As informações são do Portal do Governo de Mato Grosso do Sul.

Terminal Portuário deve ocupar área de 100 hectares em Porto Esperança

Os membros do Ceca (Conselho Estadual de Controle Ambiental) aprovaram, durante a 138ª reunião ordinária realizada na manhã desta quinta-feira (27), a emissão da Licença Prévia para construção de um terminal portuário nas margens do rio Paraguai, na localidade de Porto Esperança, município de Corumbá. O Terminal Portuário Paraíso deve ocupar uma área de 100 hectares e a previsão de início das operações é em 2025. Pertence à Companhia de Investimentos do Centro-Oeste que vai construir, também, outro porto na cidade de Cáceres, Mato Grosso.

O processo teve aval favorável da área técnica do Imasul (Instituto de Meio

Ambiente de Mato Grosso do Sul), após análise de todos os estudos realizados para avaliar, mitigar e compensar os impactos ambientais e foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros. O conselheiro Pedro Celso de Oliveira Fernandes, da Seilog (Secretaria de Infraestrutura e Logística), que relatou o processo, destacou que está sendo feita pelo Governo do Estado a pavimentação do acesso ligando a BR-262 a Porto Albuquerque, obra que deve ser finalizada em setembro e é importante para viabilizar o novo porto.

A estratégia da Centro-Oeste Investimentos é conjugar os dois terminais (Corumbá e Cáceres) no transporte de grãos de Mato



Novo terminal portuário tem construção aprovada (Bruno Rezende/Arquivo)

Grosso e Mato Grosso do Sul para serem exportados pelo Oceano Atlântico e no sentido inverso, trazer fertilizantes para o mercado interno dos dois Estados. As operações devem se iniciar

em 2025 com o transporte de 600 mil toneladas e em 5 anos podem chegar a 1,25 milhão de toneladas de grãos. As informações são do Portal do Governo de Mato Grosso do Sul.

Governo de MS autoriza concurso público com 279 vagas para o Hospital Regional

O governador Eduardo Riedel autorizou, na quinta-feira (18), a realização de concurso público na Funsau (Fundação de Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul) que visa preencher 279 vagas no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (HRMS).

O certame contemplará 119 vagas para profissionais de serviços hospitalares, 140 vagas para técnicos de serviços hospitalares e 20 vagas para auxiliares técnicos de serviços hospitalares. “O concurso é uma medida essencial para suprir o déficit de profissionais que enfrentamos atualmente e garantir a qualidade do atendimento prestado à população”, destacou a diretora-presidente do HRMS, Marielle Alves Corrêa Esgalha.

Segundo a publicação, compete à SAD (Secretaria de Estado de Administração) em conjunto com a SES (Secretaria de Estado de Saúde) e Funsau, a realização do concurso, estabelecendo as normas

e os procedimentos para o recrutamento e a seleção dos candidatos, observando os dispositivos da legislação vigente.

Para Profissional de Serviços Hospitalares as vagas são: Fonoaudiólogo - 5 vagas; Assistente Social - 5; Fisioterapeuta - 15; Psicólogo - 4; Farmacêutico - 10; Farmacêutico Bioquímico - 2; Biomédico - 2; Enfermeiro - 30; Engenheiro Clínico - 1; Nutricionista - 1 e Médico - 44.

Técnico de Serviços Hospitalares: Costureiro - 2 vagas; Agente Condutor de Veículos - 5; Agente de Serviços Hospitalares - 30; Agente de Farmácia - 20; Técnico em Radiologia - 22; Técnico de Laboratório - 9 e Técnico de Enfermagem - 52 vagas.

Auxiliar Técnico de Serviços Hospitalares: Auxiliar de Serviços Hospitalares - 10 e Auxiliar de Lavanderia - 10 vagas. As informações são do Portal do Governo de Mato Grosso do Sul.

Festival Paralímpico Loterias Caixa tem 1ª etapa hoje em Corumbá

Corumbá sedia hoje, 20 de maio, a primeira etapa do Festival Paralímpico Loterias Caixa 2023. Para a edição deste ano, o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) selecionou 121 núcleos para sediar o Festival. Em Mato Grosso do Sul, além de Corumbá, as atividades acontecerão em Campo Grande e Dourados.

Serão quatro modalidades esportivas no complexo do Corumbaense Futebol Clube: atletismo, tênis de mesa, judô e bocha paralímpica. Está prevista a participação de 175 crianças,

divididas em quatro grupos, que em sistema de rodízio participarão das modalidades esportivas. Cada uma delas terá direito a certificado de participação no Festival Paralímpico Loterias Caixa

2023.

O Festival Paralímpico Loterias Caixa 2023 é uma realização do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) em parceria com a Prefeitura de Corumbá, por meio da

Fundação de Esportes de Corumbá (FUNEC). Conta com patrocínio do Governo Federal e Loterias da Caixa. A segunda etapa, que também terá Corumbá como sede será em 23 de setembro.



Alessandra Cabral/CPB

Presidente da Assembleia destaca GNV e ações de proteção ao Meio Ambiente



Presidente da ALEMS destaca o uso do GNV para diminuição da poluição (ALEMS)

Durante a sessão plenária desta quarta-feira (17), o deputado e presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS), Gerson Claro

(PP), ressaltou a importância de diminuir a poluição nas ruas de Mato Grosso do Sul. “O projeto que será votado hoje sobre a isenção do Imposto sobre a Circulação de Veículos Automotores [IPVA] para os carros à Gás Natural Veicular [GNV] é muito maior do que isso. Há um estudo pronto com o secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semadesc) Jaime Verruck, a MSGás, e a Secretaria de Estado de Fazenda [Sefaz-MS], em que deverão ampliar essa proposta para que todos os veículos à gás natural sejam regularizados via Departamento de Trânsito de Mato Grosso do Sul [Detran-MS]”, informou.

“E os veículos que

fizerem adaptação a gás possam receber um voucher, ou um cartão da própria MSGás com crédito, no valor de R\$ 1.000, o que é uma ajuda para fazerem essa transformação. Na busca das novas matrizes energéticas e novas tecnologias, que possam diminuir a utilização do veículo que usa petróleo, é uma alternativa que o Poder Público tem procurado. Uma iniciativa louvável do Governo do Estado, principalmente para nós que somos o Estado do Pantanal, o Estado verde, o Estado moderno vamos estar trabalhando para avançarmos nesta política, contribuindo e muito para o meio ambiente”, reiterou o presidente da ALEMS, deputado Gerson Claro.

O presidente da Assembleia Legislativa

detalhou projeto de sua autoria, apresentado há 15 dias, que já existe semelhante em Curitiba. “O Estado de Mato Grosso do Sul está subsidiando o transporte público municipal de Campo Grande, que é feito com veículos a diesel, que polui 80% a mais do que o GNV. A proposta é para que seja feito um estudo, de forma que o subsídio do Estado só aconteça se houver um projeto de substituição da frota à diesel, que há no transporte público urbano, pela frota GNV. As montadoras já estão produzindo os ônibus à GNV. Um ônibus rodando o dia todo dentro da cidade à óleo diesel polui milhares de vezes mais do que o veículo a GNV”, relatou Gerson Claro. As informações são da Agência ALEMS.

TCE-MS capacita servidores para aplicação da Lei de Proteção de Dados



Treinamento chegou a todos os servidores da Corte (Aurélio Marques)

Servidores do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul participaram ao longo desta semana de um treinamento sobre a Lei Geral de Proteção de Dados e seus desdobramentos no setor público. O objetivo é conscientizar os servidores do Tribunal de Contas, conselheiros e auditores, sobre as principais questões da Lei Geral de Proteção de Dados, com enfoque no Poder Público. A LGPD está sendo implantada no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, através de um projeto de adequação à Lei e, com isso, viu-se a necessidade de capacitação dos servidores para iniciar uma cultura de proteção de dados na Corte de Contas.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, foi promulgada para proteger os direitos fundamentais de

liberdade e de privacidade e a livre formação da personalidade de cada indivíduo. A Lei fala sobre o tratamento de dados pessoais, dispostos em meio físico ou digital, feito por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, englobando um amplo conjunto de operações que podem ocorrer em meios manuais ou digitais.

No conteúdo apresentado pelas instrutoras Danielle Silveira e Heloysa Furtado os temas foram: “Definições legais relevantes no contexto da LGPD”; “Tratamento de Dados Pessoais”; “Recomendações para minimizar riscos”; “Direitos do titular dos dados”; “Bases legais”; “Princípios”; “Sanções previstas na Lei”; “Questões práticas do TCE”; “Leis correlatas X LGPD” e “Minimização de dados”. As informações são do TCE-MS.

TJMS empossa Lúcio Raimundo da Silveira no cargo de desembargador

Os membros do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) votaram na quarta-feira, 17 de maio, concurso de promoção para o cargo de Desembargador, critério antiguidade, e o juiz substituto em 2º grau Lúcio Raimundo da Silveira foi promovido por aclamação. Feliz por ter alcançado o ápice da carreira, ele preferiu ser empossado imediatamente.

Assim, o novo desembargador foi conduzido ao plenário pelo decano, Des. João Maria Lós, e pelo mais moderno, Des. Ary Raghiant Neto, para prestar juramento e recebeu a toga de sua esposa, Sra. Ilza Vilela da Silveira. Na sessão o magistrado recebeu ainda a faixa do grau Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário.

Em nome do Tribunal Pleno falou o Des. Sideni Soncini Pimentel, que ressaltou os atributos do novo membro do colegiado. “Pessoa simples e humilde, com alto grau de humanismo, voltado para o trabalho e com grande experiência no trato com os jurisdicionados, advogados e colegas, possuidor de perfil de magistrado comprometido com as causas da justiça. Manifesto votos de judicioso trabalho e pleno sucesso na sua nova missão”.



Posse do novo desembargador aconteceu esta semana (TJMS)

Em um discurso breve, o Des. Lúcio recordou os diferentes lugares por onde passou ao longo da carreira como Porto Murtinho, Aquidauana, Bandeirantes, São Gabriel do Oeste, Camapuã, Nova Andradina, Dourados, Itaporã, Bataguassu, Anaurilândia, Bataiporã, Caarapó, entre outras, nos quais foi bem recebido e dos quais guarda ótimas recordações.

“Chegamos a este egrégio e respeitado Tribunal, entre amigos e colegas. Aqui atuamos sem atropelar o tempo e as pessoas pelo caminho. Junto com nossa equipe de trabalho, continuamos

a ser bem acolhidos, apoiados e respeitados por amigos, pares e demais membros desta Corte, além dos servidores. Permitam-me dizer que ainda nos surpreendem o respeito, carinho, gentileza, paciência a nós dispensados, cujos agradecimentos estendemos às autoridades eclesiais, membros do MP, Defensoria Pública, polícias civil e militar, em especial à OAB, da qual como uma escola participei por quase 13 anos”, disse.

Ao final da sessão extraordinária de posse, o presidente do TJMS, Des. Sérgio Fernandes Martins, deu as boas vindas ao

colega. “O Des. Lúcio é totalmente desprovido de vaidades, um exemplo para o Judiciário com essa simplicidade, essa forma de ser. Se trata de uma grande aquisição para o Tribunal de Justiça para integrar esse time vitorioso que é o time do Judiciário sul-mato-grossense, agora definitivamente em Segundo Grau. Vossa Excelência vai ainda contribuir muito com a sua presença, somando com essa casa com toda sua simplicidade, ausência de vaidade e a sua disposição para o trabalho”. As informações são da Secretaria de Comunicação do TJMS.

Polícia Militar de Corumbá tem novo comandante

O 6º Batalhão da Polícia Militar tem novo comandante em Corumbá. O tenente-coronel Carlos Magno da Silva foi empossado na sexta-feira, 12 de maio, durante cerimônia no Centro de Convenções do Pantanal. Ele substitui a tenente-coronel Letícia Raquel Lopes Ramos, que foi a primeira mulher a comandar a PM na cidade.

Novo comandante do 6º Batalhão da PM, o tenente-coronel Carlos Magno ressaltou a importância da manutenção e reforço da parceria da Polícia Militar com a Prefeitura de Corumbá. “A tenente-coronel Letícia me passou que o prefeito tem sido um excelente parceiro da PM. Meu primeiro ato, de Comando, com o prefeito Marcelo Iunes será em relação ao PROERD para que ele nos autorize a dar sequência ao programa e entrar nas escolas municipais com a mensagem e orientação, às crianças de dizer não às drogas. Nossa expectativa é continuarmos com as parcerias, além de podermos auxiliar a Prefeitura de Corumbá, e sua população, da melhor forma possível”, disse.

“Corumbá cidade populosa, requer atenção, trabalhar de forma a conhecer as peculiaridades.



Tenente-coronel Carlos Magno (à direita) assumiu o 6º Batalhão (Clóvis Neto)

A tenente-coronel Letícia deixou organizada a forma de como trabalhou, distribuiu o policiamento na cidade, vamos procurar melhorar ainda mais”, afirmou o novo comandante.

Ao deixar o Comando do 6º Batalhão, a tenente-coronel Letícia Raquel Lopes Ramos agradeceu ao prefeito Marcelo Iunes pelo apoio da Prefeitura de Corumbá à segurança pública na cidade e ao trabalho exercido por ela à frente da PM corumbaense.

“Senhor prefeito, muito obrigado. Nosso Comando não seria tão eficaz sem esse apoio que tivemos do senhor. Prefeito, senhora primeira-dama Amanda Iunes e secretários, muito obrigado ao apoio à nossa tropa toda vez que precisamos”, disse a agora ex-comandante do 6º BPM.

“Desejo sucesso à tenente-coronel Letícia em Campo Grande e êxito ao tenente-coronel Carlos Magno à frente do Comando do 6º Batalhão

aqui em Corumbá. Vamos buscar as parcerias, que sempre fizemos, com a PM para garantir a segurança da nossa população. A Prefeitura é o braço direito da PM na execução do PROERD em Corumbá, iniciativa que tem meu apoio desde quando fui vereador. De quatro anos para cá, estamos dando força ainda maior ao projeto nas escolas da Rede Municipal. Pode ter certeza, que vamos continuar com o projeto”, afirmou Marcelo Iunes.

Forte Junqueira e Base Naval de Ladário são tombados pelo Iphan



O Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) publicou, no Diário Oficial da União de quinta-feira (18), o tombamento definitivo de duas fortificações em Mato Grosso do Sul. São elas: Forte Junqueira, em Corumbá, e muros da Base Naval de Ladário, incluindo 15 peças de artilharia a carregar pela boca.

O edital de tombamento definitivo foi assinado pelo presidente do , Leandro Grass, e traz outras fortificações dos estados do Pará, Roraima

e Maranhão. No caso dos bens de Mato Grosso do Sul, o processo teve início em 2010.

Forte Junqueira: a fortificação está inserida no roteiro turístico de Corumbá e representa a perseverança do povo corumbaense, pois fez parte de uma rede de fortificações construídas após a Guerra da Tríplice Aliança nos anos de 1871 a 1872. Sua construção fomentou o crescimento econômico local através do princípio da segurança. As informações são do site Primeira Página.



Semana Nacional dos Museus termina hoje no Memorial do Homem Pantaneiro



Sede do Memorial do Homem Pantaneiro, na ladeira José Bonifácio (IHP)

Terminam neste sábado, 20 de maio, as atividades da 21ª Semana Nacional de Museus em Corumbá. Desde o dia 18, o Memorial do Homem Pantaneiro, que pertence ao IHP (Instituto Homem Pantaneiro), mantém programação especial. A entrada gratuita é aberta ao público. O Memorial do Homem Pantaneiro está localizado na Ladeira José Bonifácio, ao lado do número 171, no Porto Geral. O tema do evento neste ano é ‘Museus, Sustentabilidade e Bem-Estar’. A realização do evento é do Ministério da Cultura, com o governo federal, e a organização é do IHP.

A programação de hoje, quando o evento termina, traz às 09h o encontro de integrantes de comitativas pantaneiras, com Seu Renê de Almeida, Seu Agábito e Seu Benedito. Como integrantes de comitativas no passado, eles vão apresentar toda a vivência da época que trabalhavam na lida.

No mesmo dia, às 16h, as Mulheres Pantaneiras Elenir Guató; a cozinheira de fazenda Girlene; a moradora no Paraguai Mirim Rosa Dilma; Dona Sebastiana e representante do Quilombo Família Ozório vão apresentar para os visitantes o que é ser mulher no Pantanal, as histórias de vida e de resistência.

Segundo o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a edição deste ano destaca a importância dos museus como espaços que promovem o bem-estar e a sustentabilidade, apoiando três objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas: saúde e bem-estar global, ação climática e vida na terra.

Além da programação especial, o Memorial do Homem Pantaneiro fica aberto para os visitantes de terça a sexta, das 16h às 18h. Aos domingos, das 08h às 11h. A entrada é gratuita.

Corumbá vai sediar Congresso Estadual de Previdência Social em setembro

Entre os dias 13 e 15 de setembro, Corumbá será a sede do VII Congresso Estadual de Previdência Social. O evento é promovido pela Associação dos Institutos Municipais e Estadual de Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul (ADIMP/MS), com parceria da Prefeitura de Corumbá. A expectativa é de que 450 pessoas de todo o Estado participem do Congresso.

A programação do VII Congresso Estadual de Previdência Social prevê uma série de atividades e ações, entre elas a palestra magna sobre “GOVERNANÇA DOS RPPS – cenário dos RPPS do Estado de Mato Grosso do Sul, desafios

e perspectivas”, com Alex Albert Rodrigues, subsecretário dos RPPS da Secretaria Previdência.

“A ideia de realizar o Congresso Estadual de Previdência em Corumbá surgiu do já reconhecido potencial turístico e de eventos de nossa cidade e será uma grande oportunidade para discussão dos principais pontos da gestão dos Regimes Próprios de Previdência com todo o estado de MS”, disse Gabriela Winkler, superintendente de previdência da Prefeitura de Corumbá, destacando que o apoio da gestão do prefeito Marcelo Iunes foi primordial para a escolha do local do evento.

Corumbá promove Dia D de vacinação contra a Influenza neste sábado



A Prefeitura de Corumbá, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, promove neste sábado, 20 de maio, o Dia "D" da Campanha Nacional contra a Influenza. Uma grande ação será realizada no Jardim da Independência, das 8h às 18 horas, com diversas atrações voltadas para toda a família.

"O objetivo é imunizar o maior número possível de pessoas contra a gripe, uma doença que pode levar o paciente a graves complicações do quadro clínico", afirmou a secretária municipal de Saúde, Beatriz

Assad, lembrando ainda que o Ministério da Saúde liberou a dose para todos que tenham mais de 6 meses de idade.

"Com o apoio de diversos setores da Prefeitura, vamos levar para o Jardim da Independência algumas brincadeiras para as crianças, música e, para os adultos, vamos oferecer teste glicemia e aferição de pressão, em parceria com a UNICESUMAR", complementou Beatriz, ressaltando que, no Jardim, a ação vai até às 18 horas. Além da estrutura

montada no Centro da cidade, o Dia "D" também será estendido aos bairros de Corumbá. As Salas de Vacina de 12 Unidades Básicas de Saúde ficarão abertas das 8h às 17 horas durante este sábado, dia 20. São elas: ESF Walter Vitorio; ESF Lúcia Maria; ESF Breno de Medeiros; ESF Popular Velha; ESF Luiz Fragelli; ESF Padre Ernesto; ESF Rosimeire (BEIRA RIO); ESF Humberto Pereira; ESF Gastão de Oliveira; ESF Enio Cunha; ESF Bonifácio Tyaen e João de Brito.

Corumbá inicia redução de filas em cirurgias eletivas; são mais de mil procedimentos



Prefeito assinou convênio com Santa Casa (René Marcio Carneiro)

O Projeto de Redução de Filas em Cirurgias Eletivas, chamado 'Opera Corumbá', já teve início. A Prefeitura destinou R\$ 1.724.401,12 (um milhão, setecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e um reais e doze centavos), recursos necessários para realização de 1.082 procedimentos cirúrgicos. O convênio com a Santa Casa de Corumbá foi assinado pelo prefeito Marcelo Iunes. "São recursos próprios da Prefeitura que vamos aplicar para zerar a fila de espera por Cirurgias Eletivas aqui na cidade", explicou o prefeito.

"Temos mais de 800 pessoas na fila que serão atendidas pelo projeto. Desse total, tiramos já 120 para começarmos o mais breve possível. Agora estamos aguardando o médico fazer o agendamento de todos exames e dar seguimento até o paciente passar pela cirurgia", detalhou Beatriz Assad. Ao todo, 64 tipos de cirurgias serão realizadas com os recursos do Executivo.

Assinado pelo prefeito Marcelo Iunes em março deste ano, o Decreto 2.937 criou o Projeto de Redução de Filas em Cirurgias

Eletivas e estabeleceu que é de competência da Secretaria Municipal de Saúde, a implantação, o gerenciamento, a administração e fiscalização dos serviços especializados de cirurgia, procedimentos pré e pós-operatórios, a serem oferecidos aos pacientes.

"Nós iniciamos os estudos para execução desse projeto em novembro do ano passado. É uma iniciativa inédita na região e esperamos diminuir muito essa fila de espera que existe hoje. E mesmo com esse projeto em andamento, vamos continuar buscando o Governo do Estado e a União para que mais procedimentos possam ser realizados aqui", completou o prefeito Marcelo Iunes.

Participaram da assinatura do convênio a secretária municipal de Saúde, Beatriz Assad, o diretor-presidente da Junta Interventora, Milton Carlos de Melo, o secretário municipal de Governo, Luiz Antônio Pardal, o secretário municipal de Gestão e Planejamento, Eduardo Iunes, o diretor-clínico da Santa Casa, Eduardo Lasmar, e o diretor-técnico do hospital, Eduardo Alves.

Vereador pede proibição de tráfego de caminhões em via do Aeroporto



Bira resalta que pavimento não tem estrutura para tráfego de veículos pesados (Ascom CMC)

A instalação de placas de sinalização indicando a proibição de tráfego de caminhões na Rua Alan Kardec, no Bairro Aeroporto, é o que está reivindicando o presidente da Câmara

Municipal de Corumbá, vereador Ubiratan Canhete de Campos Filho (Bira), visando minimizar riscos de acidentes, além de evitar danos no pavimento que não possuem estrutura adequada

para suportar veículos pesados.

A solicitação foi feita durante sessão ordinária da Câmara e endereçada ao diretor-presidente da Agência Municipal de Trânsito e Transporte (Agetrat), Paulo André de Araújo Junior. O trecho em questão fica entre as ruas Gonçalves Dias e Monte Castelo.

"Além da sinalização, como alternativa, estamos sugerindo a realização de blitz educativa ou campanha institucional junto as transportadoras instaladas na região com o intuito de orientar quanto a via correta para trânsito de caminhões", acrescentou.

Bira resalta que a região conta com um grande

número de transportadoras e o fluxo de caminhões é intenso. Além disso, observa que alguns motoristas estão trafegando por vias onde o trânsito é proibido, e que não possuem estrutura necessária para suportar o tráfego de veículos longos e com altura considerável.

"Isso está causando problemas para os moradores, principalmente no que diz respeito a fiação dos postes que vem sendo danificada com frequência. A instalação da sinalização aliada a realização de campanhas educativas, visa orientar os condutores a trafegar em vias destinadas à circulação de veículos pesados", enfatizou. As informações são da Assessoria de Comunicação do Vereador.

CCZ recebe castramóvel para percorrer bairros com serviço de esterilização

O prefeito Marcelo Iunes entregou uma unidade Castramóvel para a Secretaria Municipal de Saúde. Adquirido com recursos próprios da Prefeitura de Corumbá e emenda parlamentar viabilizada pelo deputado estadual Márcio Fernandes, o veículo é adaptado para o serviço de esterilização de cães e gatos e conta com salas específicas para as cirurgias de castração destes animais. A secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania, Amanda Balancieri Iunes, e o secretário Municipal de Governo, Luiz Antônio Pardal, acompanharam a entrega.

"Quero agradecer ao deputado estadual Márcio Fernandes pela iniciativa de nos encaminhar esse recurso, que é de suma importância para os corumbaenses e todos nós da região do Pantanal, na prevenção de doenças. O

deputado nos encaminhou R\$ 100 mil e viabilizamos mais R\$ 90 mil, em recursos próprios e do Fundo Especial de Saúde, para a aquisição do Castramóvel", disse o chefe do Executivo Municipal.

Ao agradecer ao vereador Nelsinho Dib pela articulação da emenda, junto ao deputado estadual Márcio Fernandes, o prefeito afirmou que o Município vai "trabalhar um convênio com as cidades bolivianas de fronteira, para dentro da legalidade, desenvolvermos ações conjuntas. Precisamos estar unidos, Corumbá, Ladário e as cidades aqui da fronteira com a Bolívia", disse Iunes.

"É um serviço necessário em Corumbá e precisamos olhar com carinho a questão da saúde animal, que está relacionada à saúde pública. Agradeço também o empenho da nossa secretária de Saúde, Beatriz Assad, e toda sua equipe pelo trabalho para

conseguirmos entregar mais esse equipamento à nossa população. Temos equipes e profissionais qualificados para o serviço", ressaltou o prefeito de Corumbá.

O prefeito informou que a Prefeitura trabalha na criação do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres do Pantanal (CREAPAN). O projeto está em fase de execução. O CREAPAN será um local especializado no tratamento de animais selvagens vítimas de acidentes, do tráfico e maus-tratos. O Município viabiliza recursos junto ao Governo do Estado.

O Centro de Reabilitação ficará na mesma área onde será construída a sede da Fundação do Meio Ambiente do Pantanal. Atualmente, o Município conta com uma estrutura provisória na sede da Fundação de Meio Ambiente do Pantanal, o

chamado CAE (Centro de Atendimento Emergencial à Fauna Silvestre), onde são atendidos apenas animais de pequeno porte.

A secretária de Saúde, Beatriz Assad, explicou que o Castramóvel vai reforçar um serviço que já existe em Corumbá pelo Centro de Controle de Zoonoses (CCZ). "É uma questão essencial de saúde pública. Trabalhamos com o conceito de saúde única, que está alicerçada no tripé saúde humana, saúde animal e saúde ambiental. Temos a equipe de Vigilância em Saúde do CCZ, que vai fazer todo o planejamento para uso, que será conforme a demanda. A princípio vamos começar o trabalho com gatos, que são animais de pequeno porte. Inicialmente, o Castramóvel vai para o CCZ que define o planejamento de trabalho nos bairros".

Fundo para manter Pantanal não encontra força para avançar

Patrimônio da humanidade e reserva da biosfera, o Pantanal ainda não tem um fundo específico para receber recursos que possam subsidiar ações públicas e particulares para a conservação de suas áreas úmidas e não úmidas. A importância desse território em escala nacional e global envolve a diversidade presente em 138.183 km², que representa 3,5 mil espécies de plantas, 325 de peixes, 53 de anfíbios, 98 de répteis, 656 de aves e 159 de mamíferos, conforme dados da Embrapa Pantanal e do Instituto de Meio Ambiental de Mato Grosso do Sul.

O que se nota, diante das diferentes iniciativas que já existiram para garantir recursos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, voltados para o Pantanal, é que ainda não houve força política consistente que garantisse a tramitação de um projeto desse tipo. Nem mesmo uma lei federal de proteção ao Pantanal conseguiu ser aprovada no Congresso Nacional.

Existem duas propostas mais recentes de proteção da região. Uma delas, que está em tramitação, é o Projeto de Lei nº 5482, de 2020, do senador Wellington Fagundes (PL-MT), para disciplinar a conservação e a exploração sustentável do Pantanal. Anteriormente, houve o Projeto de Lei do Senado nº 750, de 2011, de autoria do então senador Blairo Maggi, que acabou arquivado em 21 de dezembro de 2018,

sete anos após entrar em tramitação no Congresso Nacional.

A última movimentação que existe sobre o projeto de lei para instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza no Pantanal é o envio da proposta para a relatoria, que é do senador Jayme Campos (União-MT). Ele estava como relator ainda na legislatura de 2022 e voltou a assumir a função em 14 de março deste ano. Leonardo Gomes, diretor de relações institucionais da SOS Pantanal, pertencente ao Observatório Pantanal, destaca que um fundo para o Pantanal ainda envolve a superação de temas complexos.

“O sucesso que ocorreu com o Fundo Amazônia depende de uma governança sólida. Significa ter representantes participando do processo decisório e de acompanhamento, transparência nos processos, controle social. É preciso ter o governo, a academia e a sociedade civil organizada. Não pode ser um programa de governo, precisa ser um programa da sociedade”, detalha Gomes.

Uma realidade que se encaixa sobre o maior território de áreas úmidas do mundo é que a área ainda é controlada, quase na totalidade, pela iniciativa privada. Conforme pesquisa de Mario Luiz Assine, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), denominada “Mudanças paleohidrológicas,

cronologia de eventos e dinâmica sedimentar no quaternário da bacia do Pantanal”, 90% do bioma está em propriedades rurais. Essa condição particular gera desafios para que iniciativas públicas atinjam a área. No caso da Amazônia, que tem um fundo específico para financiar sua conservação, o cenário é diferente. São 58,2 milhões de hectares (o tamanho de Minas Gerais) de florestas públicas da União e do governo estadual. O Amazonas tem 155,9 milhões de hectares e 54% correspondem a áreas protegidas, entre elas 29,5% terras indígenas, 24% de unidades de conservação e 0,5% de florestas públicas. Os imóveis privados cobrem 3% do território, conforme dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

O diretor de relações institucionais da SOS Pantanal argumenta que a constituição de unidades de conservação no Pantanal é um primeiro ponto necessário para avançar a disponibilidade de um fundo e outras políticas de desenvolvimento sustentável.

“Nós sabemos que já perdemos, de forma definitiva, quase 65% de nossas águas do Pantanal nos últimos 35 anos. Dentro da previsão, lamentavelmente é a realidade” Simone Tebet, ministra do Planejamento, sobre a importância da preservação do Pantanal.

“São diversos os temas



que merecem atenção quando a gente olha para a experiência que se tem da Amazônia e do Cerrado. Um dos temas para haver investimento no Pantanal é aliar o desenvolvimento econômico com a conservação e o desenvolvimento social, opina Gomes.

“É preciso, como primeiro ponto, consolidação das unidades de conservação estaduais e federais, com planos de manejo, de uso público, para serem um ativo do ponto de vista econômico, conclui o diretor da SOS Pantanal.

Além das unidades de conservação, existem as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Nesse caso, as propriedades particulares assumem o papel protagonista de conservação do território. Em Mato Grosso do Sul, existem 55 RPPNs (150 mil hectares), e a maioria delas, 11 no total, são localizadas em Corumbá, na região da Serra do Amolar. No País, são cerca de 1.800, o que equivale a cerca de 1 milhão de hectares.

“Na Serra do Amolar,

grande parte das áreas de conservação são representadas pelas RPPNs e por fazendas privadas. Elas ampliam a área legalmente protegida, cumprem uma função de dar apoio ao Estado no papel de manter a preservação da nossa biodiversidade”, comenta Angelo Rabelo, presidente do Instituto Homem Pantaneiro (IHP), que faz a gestão de quatro RPPNs no Pantanal.

Por parte do governo federal, há o discurso de medidas a serem implantadas nos próximos quatro anos. “Nós sabemos que já perdemos, de forma definitiva, quase 65% das nossas águas do Pantanal nos últimos 35 anos. Dentro da previsão, lamentavelmente é a realidade. Nós temos condições de resolver o problema do Pantanal, que é um bioma menor, mais frágil, e que junto com o Cerrado está causando grande preocupação para os organismos interacionais”, afirma a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, que é de Mato Grosso do Sul.

RECURSO - Apesar de a

legislação federal ainda não ter avançado para consolidar uma política de conservação do Pantanal, existem iniciativas em andamento. A deputada federal Camila Jara (PT-MS) puxa a frente parlamentar em defesa do bioma. “Com o engajamento dos parlamentares e da sociedade civil, é possível garantir um futuro sustentável para o Pantanal e para as gerações futuras. A criação de uma Frente Parlamentar em Defesa do Pantanal é um passo importante nessa direção”, defende a deputada federal.

Por conta dessa mobilização, há discussões recentes em andamento para tornar o fundo do Pantanal uma realidade, apesar de não haver uma data prevista para isso ocorrer. Porém, Jara ressalta que, atualmente, há até 20% de recursos do Fundo Amazônia que podem ser utilizados para apoiar o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas. O fundo tem mais de R\$ 2,5 bilhões para investimentos. As informações são do Correio do Estado.

Agricultores familiares entregam 10 toneladas de alimentos no começo do PAA



Alimentos são produzidos nos assentamentos rurais de Corumbá (Clóvis Neto)

A Prefeitura de Corumbá lançou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A iniciativa é coordenada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, por meio da Superintendência de Agricultura Familiar. São R\$ 700 mil investidos na compra de alimentos diretamente de agricultores familiares dos assentamentos rurais do município. A iniciativa acontece em parceria com o Governo Federal

através do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Na primeira ação, os agricultores familiares entregaram 10 toneladas de alimentos produzidos nos assentamentos rurais de Corumbá. Com compra direta e doação simultânea, os produtos serão repassados para instituições filantrópicas com cadastro no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

O prefeito Marcelo Iunes disse que o PAA, além de ser

um importante instrumento para a venda da produção da agricultura familiar, contribui para redução da insegurança alimentar e nutricional. “É um dia muito feliz ter a chance de adquirir os produtos diretamente de vocês, através do PAA federal. Agradeço à senadora Tereza Cristina que foi responsável por esse aumento nos recursos do Programa. Antes, era na ordem dos R\$ 300 mil a R\$ 400 mil, agora estamos viabilizando R\$ 700 mil. Isso ajuda bastante a Prefeitura a adquirir os alimentos e repassar para abrigos, instituições, CRAS. São mais de 4 mil pessoas que precisam dessa alimentação”, destacou.

O chefe do Executivo Municipal reforçou o apoio à agricultura familiar. “Vamos continuar trabalhando e dando a certeza a vocês, de que quanto mais produzirem, mais vamos adquirir”, afirmou. Iunes destacou que a Prefeitura trabalha a certificação dos produtores familiares para que possam comercializar a produção com a devida segurança sanitária. “O selo SIM, do Serviço de Inspeção Municipal, é

importante para que a produção de vocês chegue ao nosso comércio para ser vendida à nossa população. O SIM dá a segurança que a produção atende às normas sanitárias e permite que a população saiba da qualidade do produto. Quero aqui parabenizar toda a equipe da Superintendência de Agricultura Familiar pelo empenho”, completou.

Superintendente de Agricultura Familiar, Eder Fatah, ressaltou que o PAA tem, em Corumbá, “106 produtores os cadastrados na entrega e beneficia 4.317 pessoas. Isso, por si só, mostra a importância da agricultura familiar. Conseguimos inserir no PAA Federal o pão, o queijo, o mel e o doce. Nossa meta é colocar proteínas e vamos trabalhar pela certificação dos nossos produtores”, disse.

“Quem mais fornece alimentos para a população hoje, sem dúvida nenhuma, são os produtores da agricultura familiar. O prefeito Marcelo Iunes nos orienta a traçar estratégias para que vocês consigam produzir, entregar e ter uma renda compatível com todo o esforço que

fazem. Trabalhamos com planejamento da agricultura familiar em quatro eixos, que são a infraestrutura, a logística, a assistência técnica e a comercialização. Desenvolvemos ações nestes quatro eixos”, afirmou o secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, Cássio Augusto da Costa Marques. Ele também destacou a parceria do Município com Famasul, Senar MS, Sindicato Rural de Corumbá e Governo do Estado para a execução das ações.

Participando da cerimônia de lançamento, o secretário Municipal de Governo, Luiz Antônio Pardal, disse que o Município não vai medir esforços para desenvolver a produção familiar dos assentamentos rurais de Corumbá. “É uma satisfação a retomada do PAA e, me surpreendeu positivamente a qualidade e o tamanho da produção dos nossos agricultores familiares. Estes alimentos vão ser de muita importância para as instituições que precisam. O prefeito Marcelo Iunes tem como orientação dar suporte a vocês e, vimos

que, com imensa vontade e responsabilidade vocês estão trabalhando e produzindo cada vez mais. A Superintendência de Agricultura Familiar tem inúmeros programas e não vamos medir esforços em ajudá-los”.

Produtora familiar do assentamento Taquaral, Marlene dos Santos, entregou abóboras e limões nesta primeira leva do PAA. Disse que a certeza da venda para a Prefeitura é bastante importante em seu orçamento doméstico. “Ajuda muito e incentiva a trabalhar ainda mais, porque a gente sabe que teremos certinho onde levar [a produção]. Ajuda muito a gente, dá para planejar o orçamento de casa e até comprar alguma coisa contando com esse dinheirinho”. Ela também produz melão, rúcula, quiabo, maxixe e demais verduras e hortaliças. A entrega dos alimentos para a Prefeitura é semanal, sempre às terças e quartas-feiras, na sede da Superintendência de Agricultura Familiar, na rua Cabral, onde funcionou o Inbra.

Desembargador Ary Raghiant recebe reconhecimento da OAB/MS



Desembargador disse que se sente honrado com homenagem (Gerson Walber/OAB-MS)

Em sessão do Conselho Seccional da OAB/MS a diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados (CAAMS) entregou Moção de Congratulação ao desembargador Ary Raghiant Neto, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, e ao desembargador César Palumbo Fernandes, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

Estavam presentes na entrega o presidente da OAB/MS, Bitto Pereira, a vice-presidente da CAAMS, Marta Taques, o diretor-

tesoureiro Roberto Cunha e o ouvidor judiciário do TJMS, Des. Marcos José de Brito Rodrigues. A sessão de homenagem aconteceu em 28 de abril.

O presidente da CAAMS, Marco Aurélio Rocha, foi quem entregou a moção aos desembargadores. “A Caixa de Assistência, logo que os desembargadores assumiram o cargo, decidiu por unanimidade fazer uma Moção de Congratulação pelo tempo que eles dedicaram à Caixa e pelos serviços

prestados. Particpei de vários debates nesta casa junto ao desembargador Ary Raghiant que esteve sempre protagonizando, e tenho certeza de que ele fará história no TJMS”.

Sobre o momento, o desembargador Ary Raghiant disse que se sente honrado e completou manifestando que “essa homenagem só aumenta a responsabilidade perante toda a classe dos advogados”. As informações são da Secretaria de Comunicação do TJMS.

OPERA CORUMBÁ

**A saúde
aumenta,
a fila
diminui.**

A Prefeitura vai investir **R\$ 2 milhões** em recursos próprios. Serão:



64 tipos
diferentes
de cirurgias;



Mais de **800**
pacientes
beneficiados;



Uma **ação pioneira**
da Prefeitura
de Corumbá.

**É mais saúde e dignidade
para todos os corumbaenses.**



PREFEITURA DE
CORUMBÁ